

SUMÁRIO

PREFÁCIO, QUE É UMA HOMENAGEM.....	5
SOBRE OS COORDENADORES.....	9

PARTE I PROCESSO, CONSTITUIÇÃO E NORMAS FUNDAMENTAIS

Rápidas referências ao Processo Civil e à Constituição Federal ANTÔNIO CARLOS MATHIAS COLTRO.....	19
Devido Processo Legal – Aspectos principais e paralelos ARRUDA ALVIM.....	47
Requalificação jurídica da demanda e violação ao princípio da não surpresa JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI.....	65
Questões de Ordem Pública no Processo Civil: não preclusividade relativa NELSON NERY JUNIOR.....	79
O Princípio da Proporcionalidade como resposta processual à crise autoimunitária do direito PAOLA CANTARINI e WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO.....	101
Procedimento, fundamentação e a importância das normas fundamentais do CPC/15 THIAGO RODOVALHO.....	115

PARTE II MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Breves Considerações sobre o <i>Iura Novit Curia</i> e a sua aplicação, (também) na arbitragem MÁRCIO BELLOCCHI.....	129
---	-----

Compromisso arbitral patológico e jurisdição – Jurisprudência do STJ ROSA MARIA BARRETO BORRIELLO DE ANDRADE NERY	147
--	-----

PARTE III SUJEITOS DO PROCESSO

Sujeitos do processo no Código de Processo Civil de 2015 ARLETE INÊS AURELLI	157
O condomínio como sujeito do processo EVERALDO AUGUSTO CAMBLER	201
Honorários de sucumbência: até quando se afrontará a lei? LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME	215
Intervenção de terceiros no Código de Processo Civil de 2015 LUIZ FUX	227
Honorários sucumbenciais por equidade no Incidente de Impugnação na Recuperação Judicial NELSON LUIZ PINTO	249

PARTE IV COMPETÊNCIA

Competência funcional e legitimidade subsidiária do Ministério Público para a ação punitiva da Lei Anticorrupção (art. 20 da Lei 12.846/2013) ADRIANA MANDIM THEODORO DE MELLO e HUMBERTO THEODORO JÚNIOR	265
--	-----

PARTE V COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Admissibilidade dos meios atípicos de citação no processo civil brasileiro ANDRÉ RIBEIRO DANTAS e MARINA DE ALMEIDA SANTOS DIAS	291
Fundamentos para uma teoria da cooperação judiciária: a revolução que se avizinha ANTONIO DO PASSO CABRAL	305

PARTE VI TUTELAS PROVISÓRIAS

Das Tutelas Provisórias em Ação de Improbidade Administrativa ALCEU PENTEADO NAVARRO.....	351
Fundamentos e pressupostos da Tutela Antecipada no Processo Civil brasileiro ARAKEN DE ASSIS e MARIÂNGELA GUERREIRO MILHORANZA DA ROCHA.....	381
O panorama das Tutelas Provisórias no Código de Processo Civil RENATA PINTO MARTINS e GISELE ROCHA LOURENÇO	409
Plausibilidade, probabilidade e verossimilhança nas tutelas de urgência JOÃO BATISTA LOPES	427
Tutela de urgência em matéria penal – Uma análise consoante ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça RICARDO HASSON SAYEG e GABRIEL BELLOTTI CARVALHO.....	437

PARTE VII PROCESSO DE CONHECIMENTO

Breves considerações sobre a atividade probatória, as provas digitais e as provas digitalizadas ANGÉLICA ARRUDA ALVIM e RENAN SCAPIM.....	457
O livre convencimento do juiz na valoração das provas no processo CECILIA MELLO, FLÁVIA SILVA PINTO e JÚLIA DIAS JACINTHO.....	467
Conduta fraudulenta de sócios que inviabiliza a cobrança de crédito da pessoa jurídica: breves considerações em torno da prescrição FLÁVIO LUIZ YARSELL	507
Reconvenção da reconvenção? PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO.....	521
A petição inicial do MS e o CPC/2015 SERGIO FERRAZ	535

PARTE VIII COISA JULGADA

Ainda e sempre a segurança jurídica <i>versus</i> o ideal de justo: a relativização da coisa julgada injusta no estado democrático de direito	549
GEORGES ABBOUD e MAIRA SCAVUZZI	
A coisa julgada: do clássico ao contemporâneo	583
RENNAN THAMAY	
Notas sobre a coisa julgada no vigente CPC	629
RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO.....	

PARTE IX AÇÃO RESCISÓRIA

Ação rescisória e improbidade administrativa	645
FELIPE LOCKE CAVALCANTI e RENATA REFINETTI GUARDIA.....	
Ação rescisória no processo de inventário e partilha: um primeiro esboço	663
RODRIGO MAZZEI e TIAGO FIGUEIREDO GONÇALVES	

PARTE X TEORIA GERAL DOS RECURSOS E RECURSOS ORDINÁRIOS

Notas sobre o recurso de terceiro prejudicado	705
DANIEL COLNAGO RODRIGUES.....	
Sustentação Oral: Aspectos Jurídico-Processuais e Atualidades	717
FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES e GUILHERME PIMENTA DA VEIGA NEVES....	
Embargos de declaração e <i>ius superveniens</i>	743
JOSÉ AMÉRICO ZAMPAR JÚNIOR.....	
Efeito suspensivo do recurso: consequências processuais e materiais	757
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE	

PARTE XI RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL

Prequestionamento e o art. 1.025 do CPC: uma homenagem ao Professor Eduardo Arruda Alvim	777
CASSIO SCARPINELLA BUENO	

A decisão denegatória de recurso especial e o cabimento do agravo interno: da necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada	
DANIEL WILLIAN GRANADO	793
Matérias de ordem pública nas Cortes Superiores	
EDUARDO ARANHA ALVES FERREIRA	813
Efeito Devolutivo nos Recursos de Estrito Direito – Comentários ao EREsp 227.767/RS	
ÍGOR MARTINS DA CUNHA e VINÍCIUS BELLATO RIBEIRO DE CARVALHO.....	845
Uma expressão enigmática: negar vigência	
ROBERTO ROSAS	863

PARTE XII PRECEDENTES

Superação da tese jurídica integrante do precedente	
ANSELMO PRIETO ALVAREZ, LUCAS CAVINA MUSSI MORTATI e AUGUSTO JORGE CURY	871
Decisões do STF no recurso extraordinário individual como precedente obrigatório?	
JULIANA CAROLINA FRUTUOSO BIZARRIA	897
O que sucede com o precedente na jurisdição constitucional brasileira: indagações a partir da nomeação de reitores e vice-reitores em universidades federais	
LUIZ EDSON FACHIN e GABRIEL REZENDE	911
O <i>amicus curiae</i> no STF	
LUIZ GUILHERME MARINONI	939
Vícios formais de admissibilidade do Recurso Especial: breves notas sobre o sistema de sanabilidade do CPC/2015 interpretado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	
MAURO CAMPBELL MARQUES	965
O cabimento de reclamação em hipótese de inobservância dos precedentes firmados por ocasião de Recursos Especiais Repetitivos	
PAULA CRISTINA TRAVAIN e ROSANE PEREIRA DOS SANTOS	989

PARTE XIII
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Aspectos relevantes da dissolução parcial de sociedade no CPC/2015
ALUÍZIO JOSÉ DE ALMEIDA CHERUBINI e FERNANDO ANSELMO RODRIGUES 1007

PARTE XIV
PROCESSO COLETIVO

Algumas reflexões sobre a legitimação adequada e a representação adequada na celebração do compromisso de ajustamento de conduta a partir do Desastre do Rio Doce
BRUNO GOMES BORGES DA FONSECA, HERMES ZANETI JR. e RAFAELLA SCHMIDT... 1037

O que há para melhorar na litigância repetitiva no Brasil? Considerações a partir do caso Rio Doce
CÉSAR AUGUSTO MARTINS CARNAÚBA 1075